

# A ESCRITURA SOLITÁRIA: LUTA DE MASSAS, SOCIAL DEMOCRACIA E A QUESTÃO FEMININA EM ROSA LUXEMBURGO

Paula Emanuela Lima de Farias<sup>1</sup>  
Fábio José Cavalcanti de Queiróz<sup>2</sup>  
Lucas Ribeiro Scaldaferrí<sup>3</sup>

## RESUMO

No centenário do assassinato de Rosa Luxemburgo, investigamos as relações entre o seu conceito de luta política de massas, mediado pelos nexos desse problema com o tema do aparelho partidário, e a questão da luta das mulheres; tentando, à luz do presente estudo, examinar a contribuição da intelectual marxista polonesa às temáticas propostas.

**Palavras-chave:** Rosa Luxemburgo. Luta de massas. Luta das mulheres.

## ABSTRACT

On the centenary of the murder of Rosa Luxemburg, we intend to investigate the relations between his concept of mass political struggle, mediated by the nexus of this problem with the theme of the party apparatus and the question of the struggle of women; trying, in the light of the present study, to examine the polish marxist intellectual contribution to the proposed themes.

**Keywords:** Rosa Luxemburg. Class struggle. Women's struggle

## INTRODUÇÃO

*“Várias vezes já tomamos a defesa de Rosa Luxemburgo contra os grosseiros e imbecis ataques de Stalin e de sua burocracia. Continuemos a fazê-lo”. (LEON TROTSKI)*

Em 2019, comemoram-se os 100 anos do assassinato da militante marxista Rosa Luxemburgo. Em sua longa trajetória como intelectual e ativista social, efetivamente, dedicou parte de seus estudos e de seus esforços práticos às lutas de massas, observando nelas uma nítida expressão política, atitude que, em geral, era pouco reparada na atividade cotidiana de seus pares.

Concomitantemente, Rosa abriu caminho no meio de muralhas masculinas quase indestrutíveis e se afirmou como uma mulher militante e dirigente político, atuando em distintos países, nomeadamente na Polônia, Suíça, Alemanha e Rússia. Nesse processo, a questão do aparelho partidário, no caso a socialdemocracia do seu tempo, é vista

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal do Ceará – UFC.

<sup>2</sup> Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA e coordenador do Grupo de Estudos Marxistas – GEM/URCA.

<sup>3</sup> Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e Bacharel em Direito pela Faculdades do Nordeste – FANOR.

mediante um olhar incomparavelmente ímpar. Dir-se-ia que nela predomina uma escritura solitária, i.e., uma caligrafia política com uma marca pessoal invulgar e desconcertante.

Doutro lado, e de modo paradoxal, diferentemente de sua camarada e amiga, Clara Zetkin, Luxemburgo não se interessava pela temática feminina, pelo menos de um modo excepcionalmente particular, e, até por isso, em seus trabalhos políticos e teóricos, a questão é explorada apenas eventualmente, e em todos eles, a emancipação feminina não se fende da emancipação social.

Neste trabalho, pretendemos examinar o lugar da luta de massas no pensamento de Rosa de Luxemburgo, ao tempo que, mediados pela questão partidária, buscamos estabelecer nexos entre esse aspecto decisivo de seu legado e o tema de mulheres, recuperando, inclusive, texto da autora no qual o tema aparece com maior nitidez. Com isso, tentamos responder a seguinte indagação: o que Rosa – como dirigente de uma organização revolucionária e teórica marxista de fins do século XIX e começo do século XX - tem a oferecer como referência aos movimentos de massas do século XXI e, mais especificamente, aos movimentos de mulheres?

## **ROSA LUXERBURGO: LUTA DE MASSAS, A QUESTÃO PARTIDÁRIA E O TEMA DE MULHERES.**

Na práxis luxerbuguiana, a luta de massas, e particularmente, a greve política de massas, adquire não somente uma nítida fisionomia, mas alcança uma prioridade inexcitavelmente quase absoluta. Se até 1905, esse problema aparece nos textos de Rosa de modo ainda difuso e impreciso, depois da primeira revolução russa, transcorrida naquele ano, ele aparenta conquistar não só um lugar especial, mas um grau de sistematização raro na produção intelectual e política da autora polonesa.

Lendo a efeito a postura de Luxemburgo, há de se admitir a grandeza de uma figura feminina que, ao romper com a quase unanimidade masculina, ressalta o lugar da mulher no âmbito da militância política, transformando a figurante muda em protagonista palrador.

Até atingir esse estágio em sua ação política e de propaganda, no entanto, Rosa Luxemburgo desenvolve um longo percurso, que envolve não somente o seu processo de desenvolvimento político, mas, também, a sua formação acadêmica, se observando, desde o início, a sua insujeição ao *status quo*, inclusive no âmbito da esquerda da época.

Nascida na Polônia, onde não apenas inicia os seus estudos escolares, mas, igualmente, a sua atividade militante, logo ela se vê constrangida a abandonar sua terra natal, deslocando-se, em seguida, para a Suíça, país no qual segue não apenas sua formação intelectual e acadêmica, mas, do mesmo modo, a sua militância política que, certamente, recebe o impulso do contato com quadros políticos de distintos países que, em última análise, se abrigam no território suíço.

A Suíça, um país rico e pequeno, aparenta ser um dos mais livres do continente, e em seu interior são facilmente encontrados não somente os membros do seu próprio partido de verniz socialista, mas integrantes de partidos e frações políticas diversas, que, vindos da Polônia ou da Rússia, ou mesmo de nações ocidentais, auxiliam na discussão do legado marxista e, junto disso, produzem novos trabalhos que, *grosso modo*, ajudam a enriquecer a tradição iniciada por Marx e Engels.

Nesse contexto suíço, novo e complexo para a jovem revolucionária polonesa, desponta sua tese de doutorado em Ciência Política, orientada em torno do temário da produção industrial polonesa (“Desenvolvimento industrial da Polônia”).

Mas, a filha do lugarejo de Zamosc, em uma Polônia ainda dominada pela Rússia Czarista, o velho “cárcere dos povos”, almejava voos mais elevados, e, dessa maneira, se desloca da pequena Suíça para a grande Alemanha, que, naquele momento, se torna a economia mais dinâmica da velha Europa, galopando a passos firmes ante as titubeantes Inglaterra e França. Viviam-se os últimos anos do século XIX, a lei contra os socialistas já havia sido revogada, o partido socialdemocrata crescia notoriamente, e a herança de Marx e Engels enfrentava os primeiros percalços. Nesse ambiente de controvérsias e ricos debates, Luxemburgo chega à Alemanha, entra em contato com os quadros políticos do Partido Social Democrata Alemão e, identicamente, com o movimento operário e, por fim, realiza o seu verdadeiro batismo de sangue político.

De 1898 a 1899 dá-se a polêmica em torno das teses revisionistas de Eduard Bernstein. Para esse quadro partidário alemão, o movimento era tudo e o programa não era nada. O regime de justiça social propugnado pelos socialistas nasceria de uma evolução natural do próprio sistema capitalista. A revolução estava morta. A democracia capitalista conduziria à humanidade, descomplicadamente, ao seu termo: a emancipação da humanidade. Assim, o socialismo germinaria de um conjunto de reformas que, progressivamente, haveria de alterar a ordem vigente em direção ao gênero humano redimido. Eis o abc do revisionismo.

Rosa Luxemburgo adentra o debate sem hesitação ou receio de acontecimentos desagradável. A mulher polonesa, “baixa e mal proporcionada”, como escreveu Frölich, (2019, p. 192) não vacila perante a ousadia do revisionismo bernsteiniano e publica o seu célebre trabalho *Revolução social ou reforma*.

Na obra antes citada, a mulher de “olhos grandes, escuros e transparentes”, conforme – uma vez mais - a descrição de seu amigo e biógrafo Paul Frölich, exclui a hipótese de um princípio de dualidade entre reforma e revolução, abordando a questão dialeticamente, e dando a entender que as reformas não descartam a revolução nem esta implica desconsiderar olímpicamente a relevância das primeiras. As reformas não conduzem automaticamente à revolução, mas também não atrapalham os seus passos, a não ser que os partidos que se propõem a dirigir a classe operária usem mãos das conquistas parciais para desviar o caminho da revolução.

Amparada em mais de uma centena de parlamentares, pouco a pouco, a socialdemocracia alemã, com os seus clubes, os seus centros de estudos e o seu fascínio político, aparentava se afastar da retórica radical de seu início, como desejasse se adaptar a um mundo político que, à primeira vista, não era o seu, mas que ao galopar por suas estradas coloridas e viçosas, adotara-o, sobremaneira aos seus brilhos e cobres. A polonesa, com “Um intelecto sempre aberto”, mas com “um espírito forte”, como a descreve Frölich (idem, p.192), navega contra a corrente, se insurge contra ela e a imagem da “megera”, com sua “histeria” estridente, começa a se formar quase naturalmente entre homens que se incomodam com o radicalismo sedutor de suas propostas e de sua eloquência desassossegadora. Uma zona de clivagem se levanta no campo de batalha até então indeciso. As construções simbólicas se erguem de um lado e do outro. Por definição, Rosa, a vermelha, marca o seu lugar no mundo. Já não é possível ignorá-la. Do outro lado da barricada, os revisionistas e os candidatos a revisionistas, no marco de um conservadorismo ilustrado e institucionalizado, lhe olham com perplexidade.

De repente, um episódio da luta de classes sacode de um longo sono as burocracias do movimento socialista europeu. A revolução russa de 1905 divide águas entre os socialistas, tinge a discussão de novas cores, mas, da mesma maneira, provoca Rosa Luxemburgo a realizar um novo conjunto de reflexões, que aparece no livro *Greve de massas, partido e sindicatos*, obra que traz o balanço e as conclusões da revolucionária polonesa com relação a esse ruidoso acontecimento. É desse ponto que partimos. Paramos para reconstituir brevemente a caminhada de Rosa até o emblemático

ano de 1905. Daqui para adiante, trata-se de entender como a nossa autora examina a temática da luta de massas, a relação com o partido e, subsidiariamente, as polêmicas com Lênin. Mais à frente, abordaremos o lugar da luta feminina dentro desse contexto mais amplo da reflexão luxerbuguiana.

Começemos, portanto, com o tema da greve de massa. Para Rosa, esse tipo de greve inaugura “uma nova época na evolução do movimento operário” (1979, p. 14). Mais do que isso: ela “aparece hoje como a arma mais poderosa da luta política na conquista dos direitos políticos” (idem, p. 16). Na perspectiva teórico-histórica da revolucionária judia, os acontecimentos da Rússia, que, de um modo e de outro, se ligam à revolução de 1905, obrigam, naquele átimo de tempo, “a uma revisão da concepção geral do problema” (p. 17). Desse modo, as concepções sobre as greves de massa que, até então, habitara o imaginário e o universo teórico da militância e da intelectualidade da Alemanha, seguramente, tornaram-se anacrônicas. Assim, em *Greve de massas, partido e sindicatos*, Rosa Luxemburgo nos oferece um novo significado da greve de massas que, com efeito, corresponde a todo um período e não exatamente a uma ação isolada de grande impacto promovida pela classe trabalhadora e sob a liderança do proletariado industrial.

Ao que tudo indica, há uma tentativa de limar o conteúdo revolucionário da concepção de Luxemburgo. Não falta empenho no sentido de transformá-la em uma centrista incorrigível ou uma democrata clássica. Falta, em alguns casos, uma apreciação mais cuidadosa da obra em comento. Alguns se contentam com o mero encurvar-se sobre os trabalhos de intérpretes de suas obras, um método em nada desprezível, mas, certamente, insuficiente. Partir da leitura imanente do texto da autora ainda nos parece o método mais apreciável e justo. Nele, por exemplo, Rosa Luxemburgo enfatiza que “os acontecimentos da Rússia mostram-nos que a greve de massas é inseparável da revolução” (1979, p. 46).

Desse ponto de vista, o complemento não é menos brilhante e esclarecedor do que o pressuposto inicial:

A história da greve de massas na Rússia confunde-se com a história da revolução. Na verdade, quando os campeões do oportunismo ouvem falar da revolução na Alemanha, pensam imediatamente no sangue vertido, nas batalhas de rua, na pólvora e no chumbo, e daí deduzem com toda lógica que a greve de massas conduz inevitavelmente a revolução – e daí concluem que é preciso evitá-la”. (LUXEMBURGO, 1979, p. 46).

Ao longo de sua reflexão, a nossa autora elucida que greve de massa não é simplesmente banho de sangue; é algo mais complexo, ainda que implique “nas batalhas de rua”, embora não é justificável supor que essa é a questão mais relevante das observações contidas no seu ensaio. A própria citação expressa há instante, sugere que um dos alvos prioritários de Rosa é a necessidade de combater o ponto de vista do oportunismo, temeroso da revolução, acomodado à situação existente. A expressão “campeões do oportunismo” não compõe o texto por um mero acaso. Na hipótese de que esse juízo seja defensável, não é inexequível admitir o caráter progressivo e conseqüente do raciocínio de Rosa Luxemburgo e de sua contribuição ao legado marxista. É contra a perspectiva oportunista que a sua argumentação se anuncia e se aguça.

Seja como for, as conexões entre greve de massa e revolução se confessam e se proclamam por boa parte da obra. Nela, observa-se que a chave dessa liga é: “não é a greve de massas que produz a revolução, mas é a revolução que produz a greve de massas” (LUXEMBURGO, 1979, p. 47). Quer dizer: quase o tempo todo, os nexos entre revolução e greve de massas se revelam e se resvalam; se encostam e se alcançam. O que, provavelmente, exalta e ensandece o oportunismo que já se tornara uma ala poderosa no interior da socialdemocracia alemã. Provadamente, a sua interpretação, na qual o movimento espontâneo das massas é acolhido com indisfarçável júbilo, não colide tão só com essa corrente socialdemocrata e não considera apenas o partido alemão. O enaltecimento do espontaneísmo das massas faz com que essa interpretação divirja do caráter inerente à concepção leninista das relações entre vanguarda e massa, partido e movimento, ainda que não se devam exagerar essas diferenças, uma vez que Lênin não nega a importância do movimento espontâneo da classe trabalhadora nem Rosa descarta a importância da organização política dos revolucionários. Diferentemente de Lênin, no entanto, ela ressalta “a organização como produto da luta” (idem, p. 57), mas o seu raciocínio não cessa nesse ponto; ele avança:

A socialdemocracia é a vanguarda mais esclarecida e mais consciente do proletariado. Ela não pode nem deve esperar com fatalismo, de braços cruzados, que se produza uma “situação revolucionária” nem que o movimento popular espontâneo caia do céu. Pelo contrário, tem o dever como sempre de preceder o curso dos acontecimentos, de procurar precipitá-los. Não o conseguirá, se entregar a palavra-de-ordem de greve ao acaso de qualquer momento, oportuno ou não, mas deve fazer compreender às camadas mais largas do proletariado que a chegada de tal período é inevitável, explicando-lhes as condições sociais internas que a isso conduzem, assim como as suas conseqüências políticas. (LUXEMBURGO, 1979, p. 60)

Nota-se uma nítida linha demarcatória entre a vanguarda (socialdemocracia) e o movimento espontâneo das massas, ainda que esse não se deixe arrastar simplesmente pela vontade abstrata do partido, que, em última análise, necessita fornecer uma tática justa, palavras-de-ordem procedentes e uma direção acertada. Nesse sentido, a própria “greve de massas não é o produto artificial de uma tática imposta pela socialdemocracia” (idem, p. 61). Desse modo, a relação entre movimento e partido é de natureza democrática e não o resultado mecânico da vontade do partido. Essa dialética compreende o essencial da crença genuína de Rosa na possibilidade de um encadeamento reto e legítimo entre a vanguarda política e o movimento social protagonizado pelas massas, notadamente por meio do tipo de greve por ela estudada em sua controvertida obra.

O fato essencial é que:

Rosa concebe a greve de massa como a estratégia enfim encontrada para a revolução socialista, uma estratégia que não se confunde com o anarquismo ou o sindicalismo revolucionário e ainda menos com o social-reformismo. A greve de massa é o método da luta de classe operária seja para alcançar objetivos de democráticos, seja para abater o domínio do capital. (DEL ROIO, 2018, p. 25)

O autor mencionado ressalta o lugar da autoatividade ou autonomia da atividade operária na concepção luxemburguiana da luta de massas, bem como a possibilidade de, mediante essa autoatividade, superar as antinomias entre as dimensões do econômico e político, uma questão que, ainda hoje, divide águas entre os marxistas. Mas, sobretudo, não nega que, em última hipótese, essa luta de massas pode conduzir à superação do “domínio do capital”. Desse modo, Rosa não abre mão da estratégia de ruptura com a ordem capitalista; diferentemente do que sugerem os que almejam enjaular o seu pensamento nos limites do regime social existente e de sua democracia parlamentar.

Em suma, greve de massa, revolução e superação da ordem capitalista estão no escopo estratégico de Luxemburgo, sem que o partido, necessariamente, seja suprimido como parte de um movimento complexo de apreensão e mudança do mundo. Obviamente, não queremos com isso minimizar – por exemplo – as divergências entre Lênin e Rosa, em especial no que diz respeito ao problema das relações do partido com o movimento de massas, ainda que mediadas pela noção de greve de massas. Com referência a essa temática, nos parece válido efetuar as seguintes considerações:

Primeiro, quando surgiram as divergências entre bolcheviques e mencheviques, na Rússia, fundadas, em parte, nos distintos modos de compreensão do que é o partido e o seu lugar específico na luta de classes, de fato, Rosa Luxemburgo se posiciona mais

aproximadamente dos segundos do que dos primeiros, embora até mesmo Trotski, no primeiro momento, tenha adotado posição semelhante.

Segundo, Lênin e Rosa polemizaram publicamente sobre os temas do partido, das relações dos quadros políticos e das massas, da tática partidária e da ação das massas etc. Nada que pudesse, no entanto, justificar tanto a posição dos que - como Stálin - tentam apresentar Rosa Luxemburgo como antileninista confessa, “centrista de esquerda” e espontaneísta ou dos que, com o sinal inverso, buscam opor a Rosa autonomista ao Lênin burocrata e arauto de uma concepção de partido ossificada. Trata-se de exagerar as diferenças para alcançar determinadas conclusões nas quais as meia-verdades se estabelecem como verdades inteiras. Aliás, Rosa, nunca negou, *ipsis littēris*,

{...} a necessidade de organização, nem a importância da teoria marxista da teoria marxista e de uma vanguarda bem preparada. As divergências entre ela e Lênin foram frequentemente exageradas. Sempre houve muito de comum entre ambos. (BOTTOMORE, 2001, p. 225)

Pessoas que conviveram com Lênin e Rosa, de algum modo, também resistem a essa ideia de uma oposição permanente entre ambos. Para Trotski (1979), “Rosa Luxemburgo opôs com paixão o espontaneísmo das massas à política conservadora da direção socialdemocrata, particularmente depois da revolução de 1905” (p. 8). Na acepção do revolucionário ucraniano, “A própria Rosa nunca se limitou à pura teoria do espontaneísmo”, pois, de fato, “buscava educar antecipadamente a ala revolucionária do proletariado e organizá-la” (TROTSKI, 1979, p. 8). Nessa mesma direção, Trotski assinala: primeiro, “A teoria do espontaneísmo de Rosa era uma salutar arma contra o aparelho estagnado do reformismo” (idem, p. 8). Segundo, “Voltando-se às vezes contra o trabalho de Lênin no domínio da construção de um aparelho revolucionário, ele revelava, de maneira embrionária pelo menos, características reacionárias. Mas nela isso era apenas episódico”; terceiro, “Após a revolução de novembro de 1918, iniciou com paixão o trabalho de reunir a vanguarda revolucionária” (Idem). Nessa reflexão de Leon Trotski, não é possível perceber nem a centrista de esquerda nem a antileninista incondicional. Rosa Luxemburgo era uma intelectual capaz de pensar por conta própria e de polemizar contra posições nas quais ela enxergasse pontos problemáticos. A sua aparente insurgência contra a forma do aparelho partidário, em determinados momentos, talvez refletisse menos a hostilidade contra a proposta de Lênin do que a sua ojeriza com a burocratização e adaptação do partido alemão à ordem burguesa, conforme se tornou nítido com o início da primeira guerra mundial.

Vale a pena recordar que a publicação póstuma de uma brochura de Rosa sobre a revolução russa, por Paul Levi, e que ela havia escrito ainda na prisão, teve o condão de ampliar as diferenças da revolucionária polonesa com Lênin, Trotski e os bolcheviques. Trata-se de um texto que, até onde é dado saber, ela não se empenhou em vê-lo publicado. Nessa brochura, limitada em termos de informações, uma vez que ela se encontrava em um cárcere alemão, Rosa Luxemburgo, sem deixar por um momento de se solidarizar com a revolução russa, levanta diferenças táticas com o bolchevismo. Os que realçam a importância desse texto com o intuito de apresentá-la como uma antibolchevique de corpo inteiro, de certo, menosprezam a sua atividade entre fins de 1918 e começo de 1919, quando tenta levar a cabo a tarefa de organizar uma direção à altura da revolução alemã em curso. Trata-se do Partido Comunista Alemão cujo embrião está no espartaquismo luxemburguiano.

Isso nos leva considerar que o espontaneísmo de Rosa se cruza com o seu entendimento de que a vanguarda não substitui as massas, i.e., o partido, existe como uma mediação necessária e não como substituto maquinal de um movimento de massas absolutamente inepto. A crença de Rosa Luxemburgo no movimento operário e na luta de classes é de tal modo poderosa que, às vezes, empana a importância que ela concede à organização partidária, a quem devotou  $\frac{3}{4}$  de sua vida. Ademais, a luta pelo socialismo não deveria se condicionar a aparelhos partidários que não estivessem à altura da tarefa. De feito, ela fez da bandeira socialista a sua cidadela. À própria luta feminina ela antepõe a amplitude dessa estratégia. Nasça provavelmente disso, a lenda urbana de que a filha de Zamosc teria desprezado olímpicamente o tema de mulheres. Aqui, adentramos a sua última baliza.

Como já afirmado em uma passagem deste artigo, Rosa Luxemburgo não se dedicou à temática feminina com o mesmo afincamento de uma Clara Zetkin, à título de ilustração. Isso significa, efetivamente, que da parte da polonesa exista mesmo um desprezo pelo tema? Além disso, não há um lugarzinho que seja à luta feminina no âmbito da luta de massas? Se sim, qual relação entre a primeira e a segunda?

Não é justificável supor que Rosa Luxemburgo não dialogue com as questões das mulheres. Trata-se de uma militante feminina que sabia que, muitas vezes, teria que falar alto ou gritar para ser ouvida. Sabia, também, que o mundo acadêmico e o mundo político de seu tempo estavam eivados de uma nada sutil masculinidade. Isso não a fez desistir de seus propósitos acadêmicos e políticos. É fácil a uma mulher se tornar doutora em ciência política no longínquo ano de 1897? É igualmente fácil sair da

Polônia, adentrar a Suíça e, em seguida, se propor ao desafio de migrar para a Alemanha e militar no maior partido socialdemocrata da Europa? Por fim, registrar seu nome em letras maiúsculas na história desse partido como um dos seus quadros mais destacados?

A sua trajetória é um libelo da luta feminina:

Rosa Luxemburgo foi fundadora e líder da socialdemocracia polonesa, líder da ala esquerda da socialdemocracia alemã, jornalista, polemista, teórica da ação política, teórica da economia política, além de protagonista e mártir de duas revoluções: a russa de 1905 e a alemã de 1918/1919. (SINGER, 1985, p. VII).

O papel protagonista de uma mulher em um tempo e em uma sociedade nos quais o protagonismo era hegemonicamente masculino, já não permitiria a Rosa um lugar especial na luta feminina em seu sentido moderno? Precisaria ela escrever algumas dezenas de libelos para que seu nome estivesse inscrito no livro de registros dos embates femininos? Talvez tivéssemos que dizer sim e não, mas, certamente, menos o segundo do que o primeiro.

Com efeito, os trabalhos de Rosa, como jornalista ou como teórica marxista, não se centralizam na temática de mulheres e, isso posto, os seus textos pautados por esse assunto são diminutos e, possivelmente, esse fato cause arrepios, estranheza e até repulsa em uma feminista radical do século XXI. A questão de fundo, talvez, esteja que na cabeça de Rosa Luxemburgo, até onde os seus textos nos permitem alcançar, o tema de mulheres não dispõe de uma dinâmica própria, uma vez que a luta das mulheres não deve ser tomada separadamente da luta geral contra a opressão e a exploração. Não que Luxemburgo omitisse a especificidade desse embate. Não se trata disso. Simplesmente, ela associa o destino da supressão do regime opressivo sobre a mulher ao destino da exploração do capital sobre o trabalho. Em outros termos, ela vislumbra a emancipação da mulher como parte da emancipação humana, e conseqüentemente, da introdução da ordem socialista.

Provadamente, não é que ela entenda que as contendas das mulheres devam ser deixadas para um futuro posterior ao triunfo da revolução socialista. Elas devem ser postas não como uma lembrança para o futuro, mas como uma tarefa de pertinência presente. Não por acaso, ela aborda com afinidade a pauta sufragista do movimento de mulheres do seu tempo, ainda que estabeleça uma clivagem de classe. É como se dissesse: marchar com as mulheres burguesas, hoje, sabendo quem são elas, a que classe pertencem, e até onde se pode caminhar junto delas e, por fim, por que em algum

momento os caminhos vão se bifurcar. Não é acidental que o artigo que ela escreve a esse respeito se chama *Direito de voto das mulheres e luta de classes*.

Miremos como Rosa articula a relação da luta das mulheres sufragistas e a luta de massas, no sentido mais abrangente, levada a cabo pelo movimento de trabalhadores e trabalhadoras: “O direito de voto das mulheres é o objetivo, mas o movimento de massas para tanto não é algo exclusivo de mulheres, e sim uma questão de classe comum às mulheres e aos homens do proletariado” (LUXEMBURGO, 2011, p. 446). Em outros termos, a marxista polonesa ressalta o direito feminino em uma perspectiva de classe. Ela pronuncia “questão de classe” e qualifica a tarefa em torno do voto feminino como um trabalho que pertence “às mulheres e homens do proletariado”. Tudo indica que há em Rosa Luxemburgo a suspeita contra qualquer movimento que despreze a “questão de classe”.

Posto isso, a revolucionária repropõe a argumentação mediante o uso de exemplos históricos. Ressalta como as mulheres das classes dirigentes realizaram uma “dança despudorada” em volta de Robespierre, enquanto este era levado para execução; ressalta, igualmente, como “as mulheres enfurecidas da burguesia” vingaram a Comuna de Paris. À vista disso, Rosa entende que “as mulheres das classes exploradoras não constituem uma camada autônoma da população” (Idem, 2011, p. 447). Só as mulheres proletárias são autônomas “na mesma medida que os homens” (p. 448). Ademais, “A luta de classes proletária aumentou o círculo de influência das mulheres, tornou o seu espírito elástico, desenvolveu sua capacidade de pensar, colocou grandes objetivos para as suas aspirações” (p. 449).

Nota-se, ao longo do tempo, como a intelectual e militante marxista acentua a importância da indústria moderna e como o seu desenvolvimento implica em um novo espaço ocupado pela mulher. Cada vez mais, milhares de mulheres buscam os sindicatos e a socialdemocracia. Os olhos de Rosa estão postos nesse movimento de corte de classe. Consequentemente, ela tende a não apreciar devidamente o movimento das sufragistas que, em sua amplitude, incorpora mulheres de distintas classes, notadamente das que vêm dos estratos médios e da burguesia. Não caberia aqui o raciocínio que ela adota em *Reforma social ou revolução?* As reformas e a revolução não se excluem. Por esse ângulo, não haveria aí um grande abismo entre a sua atitude com as sufragistas e o método adotado no livro contra Bernstein?

Antes de qualquer coisa, Rosa Luxemburgo não desconsidera o movimento das sufragistas. Ela sente-se apenas no dever de apontar os seus limites. Sente-se, também,

no dever de enaltecer o corte de classe de uma luta que se volta à emancipação feminina, que pode começar no capitalismo, mas que só alcançará os seus objetivos plenamente com a derrocada da ordem capitalista. Rosa enxerga o embate das mulheres no contexto histórico da luta de massas em seu sentido mais universal. Logo, ela não entrevê uma incompatibilidade entre luta de massas e luta feminina. Desse ponto de vista, essas contendas se arrumam e se aliam em uma só unidade: uma unidade de classe. As mulheres não proletárias se inclinam a mitigar os seus passos e ficar no meio do caminho. Somente as mulheres proletárias se mostram consequentes. O limite das primeiras é o regime de exploração que as favorece; a força das segundas decorre de seu antagonismo a esse regime fundado na exploração. Aqui, finda a união de todas as mulheres. A luta de classes impõe a sua mecânica medonha.

A peleja pelo voto é fundamental. Que as mulheres possam ter o direito ao sufrágio. Esse é o discernimento de Rosa Luxemburgo. Isso não freia o enfrentamento ao capital, mas o acelera, e fortalece a luta da classe proletária. Essas duas pontas do fio se unem na reflexão luxemburguiana. Para ela, “A presente luta de massas pela igualdade política da mulher é apenas uma expressão e uma parte da luta geral de libertação do proletariado, e justamente nisso é que se encontra sua força e o seu futuro” (LUXEMBURGO, 2011, p. 450).

O trabalho todo ainda está à nossa frente, mas o fato decisivo é que Rosa não confunde as bandeiras da luta feminina, em uma perspectiva socialista, com as bandeiras preconizadas pelas mulheres liberais, ainda que, em determinados momentos da caminhada, algumas palavras-de-ordens pudessem unir liberais e socialistas. No pensamento de Luxemburgo, tudo isso é tático. A luta de massas tem como objetivo liquidar a ordem vigente. Aqui cessa a unidade policlassista e o corte de classe se torna o aspecto mais essencial. Eis a base do pensamento da polonesa sobre o tema da luta das mulheres.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A obra de Rosa, em conclusão, é uma página especial da história e do legado teórico marxista. Situa-se no plano mais alto, ao lado dos trabalhos de Lênin, Trotski, Gramsci e outros dirigentes socialistas das primeiras décadas do século XX. O seu conceito de greve política de massas e a sua sensibilidade peculiar a respeito da questão do aparelho partidário constituem momentos vivos da história do marxismo. Somente em sua relação com essas questões nodais, é que o tema da luta feminina adquire não

somente uma nitidez em seu pensamento, mas uma fisionomia própria, ressaltando um tipo de tradição e de um olhar no âmbito das demandas e embates protagonizados pelas mulheres.

#### **REFERÊNCIAS:**

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno, São Paulo: Editora UNESP, 2018.

FROLICH, Paul. Rosa Luxemburgo – biografia, São Paulo: Boitempo; Iskra, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. Direito de voto das mulheres e luta de classes, in: Obras escolhidas: volume 1, organização Isabel Loureiro, São Paulo: Editora UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. Greve de massas, partido e sindicatos, São Paulo: Kairós, 1979.

\_\_\_\_\_. Reforma social ou revolução, São Paulo: Global Editora, 1990.

SINGER, Paul. Apresentação: Rosa Luxemburgo – acumulação do capital, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

TROTSKI, Leon. Rosa Luxemburgo e a IV Internacional (rápidas observações a respeito de uma importante questão), in: Rosa Luxemburgo - Greve de massas, partido e sindicatos, São Paulo: Kairós, 1979.